

ENTRE ÁGUA E TERRA: histórias de Salvador no interstício

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

SANTANA, Gabriella Suzart

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA)
gsuzart1@gmail.com

MATOS, Vitória Maria

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA)
vitoriamatosarqurb@gmail.com

RESUMO

A partir da dimensão da água e da terra, o artigo analisa transformações urbanas ocorridas em Salvador, evidenciando como projetos de modernização ocorridos na década de 1840 estiveram articulados a processos de controle social e racial. No eixo da água, discute-se como a precariedade do abastecimento e o papel dos aguadeiros e aguadeiras, majoritariamente negros, cuja circulação passou a ser alvo de controle com propostas de canalização e instalação de chafarizes. Já no eixo da terra, analisa-se o desaparecimento das hortas no centro da cidade, especialmente na região da Rua da Vala, resultado de intervenções urbanas voltadas ao saneamento e à circulação. Esses processos, embora justificados por demandas sanitárias e de progresso, contribuíram para a expulsão de práticas, territórios e populações negras do centro urbano. A urbanização, portanto, não se deu de forma neutra, mas como parte de um projeto de desafricanização da cidade, associado a ideais de branqueamento. A pesquisa parte da noção de interstício — o espaço entre o que desaparece e o que permanece e conclui que a cidade é construída tanto por suas materialidades quanto pelos apagamentos que produz, sendo fundamental reconhecer essas camadas para compreender suas dinâmicas históricas e sociais.

Palavras-chave: transformações urbanas; terra e água; Rua da Vala; Aguadeiros; desafricanização.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

From the dimensions of water and land, the article analyzes urban transformations of Salvador, highlighting how modernization projects in the 1840s were linked to processes of social and racial control. In the water axis, it discusses the precariousness of supply and the role of water carriers, mostly Black men and women, whose circulation became a target of control through proposals for canalization and the installation of fountains. In the land axis, it examines the disappearance of urban gardens in the city center, especially in the region of Rua da Vala, as a result of urban interventions aimed at sanitation and circulation. These processes, although justified by sanitary and progress-driven demands, contributed to the displacement of Black practices, territories, and populations from the urban center. Urbanization, therefore, did not occur in a neutral way, but as part of a project of de-Africanization of the city, associated with ideals of whitening. The research is grounded in the notion of the interstice — the space between what disappears and what remains — and concludes that the city is constructed both through its materialities and the erasures it produces, making it essential to recognize these layers in order to understand its historical and social dynamics.

Keywords: urban transformations; land and water; Rua da Vala; Aguadeiros; de-Africanization.

RESUMEN

A partir de las dimensiones del agua y la tierra, el artículo analiza transformaciones urbanas de Salvador, evidenciando cómo los proyectos de modernización en la década de 1840 estuvieron estrechamente vinculados a procesos de control social y racial. En el eje del agua, se examina la precariedad del abastecimiento y el papel de los aguadores y aguadoras, mayoritariamente personas negras, cuya circulación pasó a ser regulada mediante propuestas de canalización y la instalación de fuentes públicas. En el eje de la tierra, se aborda la desaparición de las huertas en el centro urbano, especialmente en la región de la Rua da Vala, como resultado de intervenciones orientadas al saneamiento y a la reorganización de la circulación. Estos procesos, aunque justificados por demandas sanitarias y discursos de progreso, contribuyeron a la expulsión de prácticas, territorios y poblaciones negras del centro de la ciudad. La urbanización, por lo tanto, no se desarrolló de manera neutral, sino como parte de un proyecto de desafricanización asociado a ideales de blanqueamiento. Basado en la noción de intersticio, el espacio entre lo que desaparece y lo que permanece, el estudio concluye que la ciudad se construye tanto por sus materialidades como por los borramientos que produce.

Palabras clave: transformaciones urbanas; tierra y agua; Rua da Vala; Aguadeiros; desafricanización.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Falar da cidade é, muitas vezes, lidar com aquilo que permanece visível, tais como as ruas, edifícios, fluxos, mas também com aquilo que foi soterrado, deslocado ou transformado ao longo do tempo. Em Salvador, no entanto, certos vestígios insistem em permanecer, ainda que de forma discreta, como inscrições que atravessam a paisagem urbana. Salvador, cidade constituída entre cumes e vales, encontra justamente nesses interstícios o espaço onde se conformam, de maneira indissociável, sua paisagem natural e humana e onde, ao longo do tempo, também se estruturaram os projetos de melhoramento urbano.

Este trabalho parte da ideia de que as mudanças nos sistemas de abastecimento de água e nos usos da terra não se deram de forma isolada, mas articuladas a projetos mais amplos de reorganização urbana. Tais projetos, frequentemente justificados por demandas de salubridade, circulação e modernização, implicaram também na redefinição de práticas sociais, econômicas e culturais, operando deslocamentos, apagamentos e reconfigurações no tecido da cidade.

Nesse sentido, a análise se estrutura a partir de dois eixos — água e terra — entendidos não como dimensões separadas, mas como elementos profundamente interdependentes na constituição do espaço urbano. De um lado, examinam-se as questões relacionadas ao abastecimento de água, à construção de chafarizes, à canalização de cursos hídricos e às tentativas de controle sobre sua circulação. De outro, parte-se uma breve análise da presença das hortas no centro da cidade, sua relação com o Rio das Tripas e os processos que levaram à sua progressiva substituição por novas formas de uso do solo.

Ainda que, à primeira vista, se trate de dimensões distintas de pensar o urbano, a memória e a presença negra, há um fio que as articula profundamente. Seja pela água, seja pela terra, evidencia-se um mesmo movimento: o processo de desafricanização de Salvador, marcado por tentativas de expulsão das presenças negras do centro e pela consolidação de um projeto de cidade orientado por ideais de branqueamento. Nesse sentido, dialoga-se com as reflexões do professor Renato Emerson dos Santos, em (L)Atitudes à Esquerda, a positividade atribuída ao território (2020), abordou o branqueamento a partir de três dimensões principais que podem estabelecer diálogos com esta pesquisa: 1. Branqueamento da ocupação do território e da composição populacional – manifestado na política de incentivo à imigração europeia durante o século XIX, concebida como forma de substituir a mão de obra negra e promover sua exclusão social; 2. Branqueamento da imagem do território – produzido por narrativas históricas que invisibilizam a presença de grupos não brancos, construindo uma versão do território que se inicia com a chegada dos colonizadores europeus e, conseqüentemente, apaga outras presenças; 3. Branqueamento da cultura – expresso

PENSAR FORA DO EIXO

na imposição de matrizes culturais e sociais eurocêntricas, que desvalorizam as referências de vida já existentes e instauram novos valores sociais, também com seus espelhamentos no espaço urbano.

A noção de interstício, como “aquele pequeno espaço entre as partes de um todo”, constitui o fio que conduz e articula esta pesquisa. É nesse intervalo, entre o que já se deu e o que ainda está por vir, que algo da história persiste, ainda que de forma sutil. As relações entre água e terra na cidade de Salvador foram, ao longo do tempo, mediadas por processos e intervenções que não apenas reorganizaram o espaço urbano, mas também deixaram marcas nesse “entre”, onde presença e apagamento se tensionam continuamente.

1 ÁGUA

Em 1845, dentre as diversas obras que precisavam ser feitas na capital da Bahia, o então presidente da província, Francisco José de Sousa Soares d’Andrea, diz ser “boas fontes” uma das primeiras necessidades. Não estando “habilitado a dizer cousa alguma” (Falla, 1845), nada informa sobre os motivos que o levaram a fazer tal afirmação, nem sobre possíveis obras a serem efetuadas. Entretanto, os motivos de sua colocação podem começar a ser entendidos com a Lei n. 225, de 20 de maio de 1845, sancionada por Soares d’Andrea em maio daquele mesmo ano, na qual se encontra, entre as disposições gerais, o seguinte artigo:

Art. 9. O Governo promoverá por empresa, ou pelo meio que mais conveniente julgar a realização de um chafariz na Cidade Baixa, e outro na de Santo Amaro, segundo as plantas, e orçamentos existentes, ou como melhor entender. (Bahia, 1845)

Seria então a construção de um chafariz o início da solução para se ter boas fontes? E se isto ocorreria na cidade baixa, seria apenas essa parte que precisava de obras deste tipo? Segundo Vilhena (1969), a população convivia com uma verdadeira “míngua d’água”, já que não havia fontes dentro da cidade que fossem de boa qualidade para beber, nem abundavam aquelas que pudessem ser usadas para gasto. A cidade baixa, ainda de acordo com Vilhena (1969), possuía apenas quatro fontes públicas, sendo elas: a das Pedreiras, a dos Padres, a do Pereira e de Água de Meninos, todas as quais eram de gasto, por conta da má qualidade da água, sendo necessário buscar a água de beber na cidade alta. Serviço este que ficava a cargo dos aguadeiros e aguadeiras - homens e mulheres escravizados ou libertos, em sua maioria envolvidos no ganho -, que transportavam a água na cabeça ou com auxílio de um animal, utilizando potes e barris.

PENSAR FORA DO EIXO

Havia na cidade alta duas fontes que eram consideradas as melhores em qualidade: a fonte do Queimado, localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, e a fonte de São Pedro, localizada na freguesia da Vitória. No entanto, a distância entre a cidade baixa e essas fontes, exigia um deslocamento dos aguadeiros e das aguadeiras que não era bem visto pela elite, por possibilitar uma certa liberdade de circulação, o que dificultava o efetivo controle desses homens e mulheres, algo visto como perigoso. Mas como a construção de um chafariz poderia resolver esse problema? A construção do aqueduto do Rio de Janeiro pode ajudar a compreender.

No século anterior, o problema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro só começaria a ser resolvido, segundo José Pessoa (2014), com a construção do primeiro chafariz, em 1723, no Largo da Carioca, abastecido pelo aqueduto que trazia as águas do Rio Carioca, situado em razoável distância da cidade. Tendo sua forma definitiva sido concluída em 1750, este aqueduto foi uma das maiores obras de engenharia do período colonial, com capacidade para alimentar os dezesseis bicos de bronze do chafariz. A partir de 1770, passou a alimentar também, por condutas subterrâneas derivadas dele, outros chafarizes da cidade.

Diferente de Salvador, o Rio de Janeiro foi fundado em um sítio estratégico que privilegiava a defesa, e onde havia pouca disponibilidade de boas fontes d'água, assim eram comuns os deslocamentos para fora do limite urbano em direção a mananciais, como o rio Carioca. Foi se valendo dessa distância que a construção do aqueduto foi justificada, afinal, era necessário fazer a água chegar na cidade, sem que houvesse a necessidade de grandes deslocamentos. Contudo, vale lembrar que, sendo o Rio de Janeiro uma cidade escravista, eram os escravizados que faziam o transporte das águas. Por que, então, a preocupação em reduzir distâncias?

Uma forma de interpretar a construção do aqueduto, segundo Jorun Poettering (2017), é entendê-lo como um meio de controle dos escravizados e suas atividades no transporte das águas. Poettering (2017) confirma que a documentação legitima a construção pela distância entre a cidade e o rio, uma vez que se percorria cerca de dois a três quilômetros a pé até o Carioca, mas o que a documentação não conta é que o aqueduto e os chafarizes evitariam os deslocamentos de escravizados para fora da cidade. Assim, esses equipamentos serviam não só para abastecer a cidade, mas também para possibilitar a vigilância dos aguadeiros e aguadeiras, algo visto como necessário diante dos perigos que a certa liberdade de circulação que esta ocupação exigia, poderia proporcionar; além de evitar fugas, haja vista que o caminho para o rio poderia se tornar uma oportunidade para desaparecer nas florestas e se juntar a um dos quilombos ali existente.

É possível pensar que, na Salvador do século XIX, a construção do chafariz na cidade baixa poderia ter um intuito parecido, se for levado em consideração a existência do mesmo argumento de que ali

PENSAR FORA DO EIXO

não havia boas fontes de água, como também a questão de que os aguadeiros e aguadeiras se deslocavam para a parte alta da cidade em busca das fontes de melhor qualidade. Assim, da mesma forma que o caminho para o rio Carioca podia se transformar em um meio para desaparecer, o caminho para as fontes da cidade alta também se transformava em rota de fuga.

Contudo, diferente do Rio de Janeiro, o chafariz da cidade baixa, ainda levaria algum tempo para se tornar realidade, haja vista que em 1846, Soares d'Andrea, ainda estava examinando quais águas poderiam ser captadas para a construção do chafariz. Os exames concluíram que nenhuma das águas “que vertem da encosta da montanha para a Cidade baixa, he potavel” (Falla, 1846), mas ainda não se havia testado as da Saúde, por exemplo. Por poder fartar a baixa de Itapagipe, os moradores da Calçada e toda cidade baixa, seriam as “aguas abundantes do lado de Pirajá” vistas como possibilidade, não sem considerar a sua extensão, que, segundo o presidente, não teria menos de “seis mil braças” (Falla, 1846).

Pirajá não seria a única possibilidade, André Przewodowski propôs uma outra alternativa. Przewodowski era um engenheiro polaco que chegou ao Brasil em 1839, e estabeleceu-se em Salvador, ao aceitar o convite do Governo para execução de obras de engenharia. Segundo Almeida (2019), a chegada de André coincidiu com um momento em que se buscava estruturar os serviços técnicos na província, logo ele se tornou responsável por desenvolver inúmeros projetos de infraestrutura em Salvador e no Recôncavo baiano. Na sede da província, esteve incumbido do projeto da nova alfândega e da Ladeira da Montanha, obras que ocorreram no governo de Soares d'Andrea, sendo, de acordo com Almeida (2019), um “período de intensas obras de modernização da cidade”. No entanto, ao que parece, nem todos os projetos do engenheiro foram executados. Em junho de 1846, ao falar sobre a administração das obras públicas no jornal O Guaycuru, André informa brevemente que muitos projetos seus existiam nos arquivos do governo, sendo um deles sobre “abastecimento da cidade com agoas potaveis (Chafariz da Praça do Commercio)”¹.

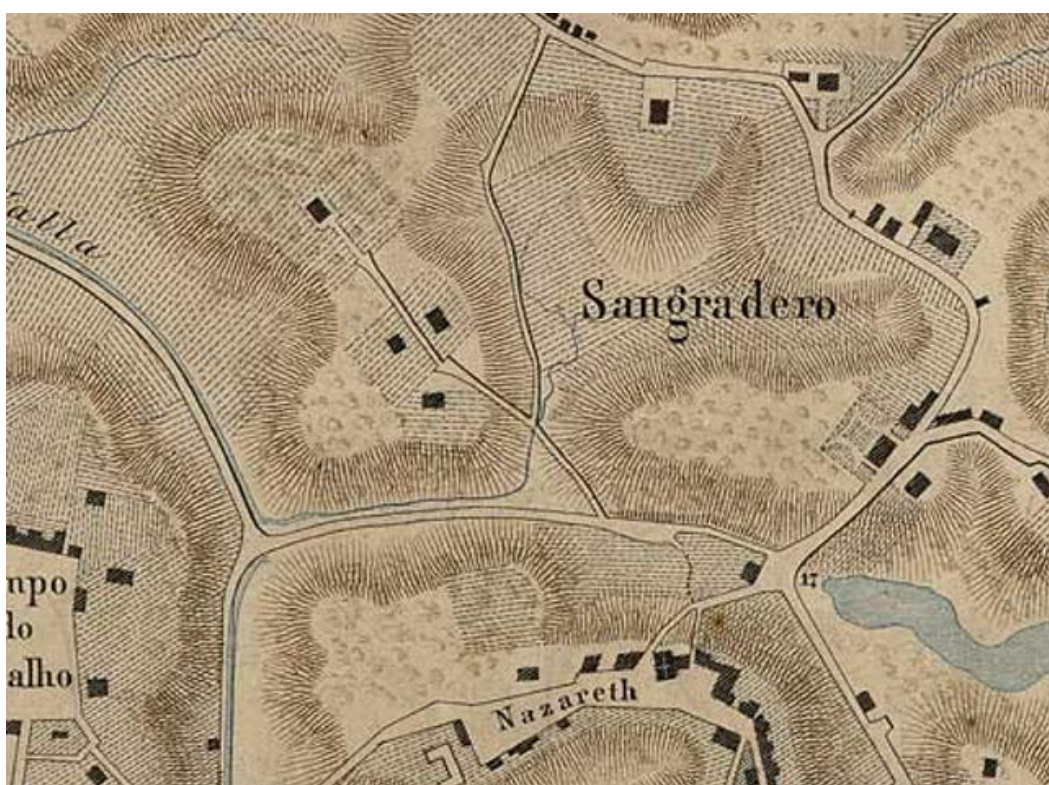
Pode ter sido a projetos como o de Przewodowski que o artigo n. 9, da Lei n. 225, se referia ao falar sobre plantas e orçamentos existentes, mas que por algum motivo parece não ter sido considerado como possibilidade, já que o mesmo se encontrava engavetado, apesar da participação do engenheiro em obras do Governo. Alguns detalhes sobre esse projeto são informados pelo anônimo X.Y.Z., em um comunicado feito no jornal O Guaycuru de 27 de junho de 1846, no qual traz explicações sobre a obra do cano do Theatro, em resposta às pontuações feitas pelo redator do jornal Mercantil. Segundo X.Y.Z., o projeto de André Przewodowski havia sido apresentado ao Governo no dia 29 de novembro de 1840, e propunha a condução da água do Sangrador, debaixo

¹ O Guaycuru, 16 de junho de 1846, p.4.

PENSAR FORA DO EIXO

dos oiteiros da Saúde e Nazaré, para se fazer um chafariz na Praça do Comércio e em outros lugares da cidade baixa. Sabe-se que existia próximo a Nazaré, um lugar chamado Sangradouro, que vai aparecer no mapa de Weylle (figura 1), com a grafia ‘Sangradero’. De acordo com o historiador Luiz Monteiro da Costa (1956, *apud* Dorea, 2006), o topônimo se deve ao Rio Camarajipe, que sangrava na estação chuvosa, alagando suas margens. Seria este rio o Sangrador de Przewodowski?

Figura 1 - Recorte do Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus suburbios, mostrando o Sangradero, 1851



Fonte: Carlos Augusto Weylle/Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Nem as águas do Sangrador, nem as águas de Pirajá alcançariam a cidade baixa, que em 1847 continuava com o mesmo problema. Naquele ano, era presidente da província, o conselheiro Antonio Ignacio d’Azevedo, que no expediente publicado em 03 de março de 1847, no *Correio Mercantil*, também reconhecia a “necessidade urgente de abastecer d’agoa potavel a cidade baixa”, mas associa isso ao fato de que ali residiam os negociantes a maior parte do dia. Ainda que fosse para atender os comerciantes, Ignacio d’Azevedo diz não ter a província capacidade de arcar com os custos da obra, em razão dos cofres públicos estarem sobrecarregados com outras despesas e

PENSAR FORA DO EIXO

por serem necessárias altas quantias para conduzir a água da cidade alta por meio de canos de ferro até chafarizes, assim, aproveita para convidar os senhores da associação comercial para fundar uma companhia com este intuito, atestando certeza de que seria dado, pela Assembleia Legislativa Provincial, direito exclusivo sobre o consumo de água potável dos habitantes da cidade baixa, além de isenções e empréstimo de alguns engenheiros da cidade à futura companhia. O presidente finaliza dizendo confiar que tal empresa se tornaria realidade, assim como havia ocorrido em Pernambuco, onde os comerciantes empreenderam o encanamento das águas do Rio da Prata, para abastecer o bairro da Boa Vista por meio de um chafariz. Expressando-se sobre o mesmo assunto na abertura da Assembleia Legislativa, Ignacio d’Azevedo, diz nutrir “esperança de ver realizada esta empresa por huma companhia organizada nesta praça a exemplo da Companhia de Beberibe de Pernambuco” (Falla, 1847).

A Companhia do Beberibe foi uma empresa de capital exclusivamente nacional, criada em 1838, com o objetivo de fornecer água potável através de chafarizes. No contrato firmado com o Governo Provincial de Pernambuco, obteve o direito de exclusividade por 35 anos e se comprometeu a extrair as águas do Rio Beberibe, que deu nome à empresa. No entanto, em 1841, alterações no contrato possibilitou à Companhia extrair água de onde lhe conviesse, desde que fosse potável e de boa qualidade, assim, a partir de estudos apresentados sobre os mananciais, escolheu-se o riacho da Prata, por este ter águas cristalinas e puras, além de regularidade no volume (Miranda, 2012). Esta Companhia havia sido pensada como uma forma de solucionar o problema do abastecimento de água da cidade, o qual, segundo Joselice Jucá (2011), era precário e insuficiente. É provável que esta visão sobre a precariedade esteja ligada não só a insuficiência da água, mas também a uma percepção sobre quem fazia o serviço, nesse caso os aguadeiros e aguadeiras.

Se na Recife de 1848, a Companhia do Beberibe inaugurou seus serviços, em Salvador, o desejo de Ignacio d’Azevedo não havia se realizado. Ao que parece os esforços para instalar uma companhia de abastecimento de água em solo baiano não eram frutíferos. Sem notícias de uma empresa, vê-se mais um presidente da província, posto agora ocupado por João Duarte Lisboa Serra, se mostrando preocupado com a situação da cidade baixa. No expediente publicado no jornal Correio Mercantil de 03 de outubro de 1848, o então presidente se pauta no discurso sobre a saúde pública para falar sobre o péssimo estado em que se encontrava a maior parte das fontes da cidade, sendo necessário reparos e medidas que seguissem os princípios higiênicos, principalmente nas fontes dos Padres e a da Munganga, nas quais eram mais urgentes os reparos em suas estruturas. Diz também haver na cidade baixa uma absoluta falta de água potável, fazendo com que seus habitantes tenham o

PENSAR FORA DO EIXO

penoso sacrificio de mandar às fontes publicas da cidade alta, todas a grande distancia, ou com maior dispendio o menor garantia de aceio e pureza recebê-la por mar. (Correio Mercantil, 1848, p.1)

Assim, além de confirmar a prática de buscar água na cidade alta, o presidente apresenta, sem muitas informações, um novo elemento: o abastecimento de água por mar. Mas como essa água chegava à cidade baixa e de qual lugar vinha? A carta de Pedro Maxixe ao seu primo, ajuda a responder essas questões. Publicada no jornal A Marmota de 1849, Maxixe relata ao seu primo sobre as dificuldades enfrentadas pela população residente em Itapagipe, na freguesia da Penha, para ter acesso a água de beber. Segundo o remetente, enquanto as fontes de água de gasto podiam ser encontradas em todo canto, não havia uma única fonte de água potável em Itapagipe. A alternativa mais próxima ficava na Massaranduba, onde existiam “uns barris enterrados”² para consumo, mas que, para Maxixe, causava nojo por ser utilizado pelas lavadeiras que ali se banhavam, ou por, às vezes, ser encontrado um gato ou cachorro morto. Na Calçada, a “meia légua de distância” de Itapagipe, estavam localizadas as fontes do Gama e da Alegria, mas ambas tinham uma qualidade duvidosa. Igualmente duvidosa era a qualidade da água da fonte que existia no Bonfim, uma terceira opção que também ficava distante, por isso, quem podia pagava aos negros pela água que iam buscar “em canoas, nos Fiaes, S. João, Cabrito e outros lugares para vender”³. No recorte do mapa elaborado por Carlos Weylle (figura 2), é possível observar a localização dos Fiaes e do Cabrito, inseridos na Baía de Itapagipe, área suburbana da cidade. Se as águas vindas desses lugares abasteciam Itapagipe, é possível que chegassem também às outras freguesias da cidade baixa.

² Acredita-se, pela forma como Pedro Maxixe descreve, que existia na Massaranduba uma cacimba. A cacimba era construída a partir de um poço, cujas paredes eram amparadas por dois ou três barris, sem os fundos, que eram colocados de forma superposta um em cima do outro.

³ A Marmota, 29 de agosto de 1849, p.3.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2 - Recorte do Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus suburbios, mostrando o Fiaes e o Cabrito, 1851



Fonte: Leal Teixeira/ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

No entanto, as distâncias que precisavam ser enfrentadas para que a água chegasse, levantava suspeitas sobre sua salubridade e também influenciavam o custo do serviço, fatores considerados pelo então presidente e que motivavam o empenho para solucionar essa situação. Ainda assim, sua proposta não diferia das outras anteriormente apresentadas, na verdade, replicava o que já se havia feito: examinar mananciais de água potável na cidade e em seus arredores que pudessem ser utilizados para conduzir a água, por meio de encanamento, com a finalidade de se construir um chafariz na praça do Comércio. Mais uma vez, essa obra não seria executada. Passados oito anos, nenhum dos governantes que se propuseram a resolver a questão da água na cidade baixa, havia conseguido alcançar tal feito.

Nesse contexto, em outubro de 1848, toma posse da cadeira de presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, representando o Partido conservador. Com confiança, assegura em sua fala na

PENSAR FORA DO EIXO

abertura da Assembleia Legislativa de 1849 que obteria os melhoramentos que tinha em vista para Salvador, porque contava com a colaboração tanto dos comerciantes, quanto de “todos os baianos que desejam ver prosperar esta cidade” (Falla, 1849). Para ele, os melhoramentos deviam ser feitos por particulares, mas entendia que aquele não era o momento mais oportuno para fazer tal exigência, tendo em vista o cenário econômico da província, que havia passado por um ano de seca e pelas influências negativas da crise europeia no mercado. Assim, sua atitude foi a de formar diferentes comissões para dar o impulso necessário na efetivação de seus planos. Uma dessas comissões foi formada para a obra do tão mencionado chafariz.

Sem revelar muito do que planejava, Martins diz que a comissão nomeada estava recolhendo os esclarecimentos indispensáveis e que engenheiros lhes eram fornecidos para avaliar a viabilidade de tal obra. Encerra o assunto sobre o chafariz dizendo que em outra ocasião exporia a sua opinião sobre as companhias particulares e os incentivos a serem dados para sua concretização, algo que sendo aplicado à empresa “do mencionado Chafariz deve muito contribuir para que ele não fique somente em projeto, como até aqui tem sucedido” (Falla, 1849).

Mais detalhes sobre a pretensão de Gonçalves Martins podem ser encontrados no relatório do ano seguinte. Logo de início faz questão de pontuar que as obras de melhoramento de fontes, ruas e praças são urgentes para que a cidade deixe de ter uma aparência retrógrada que em nada combina com a capital de uma província, segundo Martins, das mais ricas e importantes do Império. No entanto, pontua novamente que essas obras só poderiam ser realizadas com a contribuição de particulares, já que não tinha esperança de que o mesmo ocorresse se tivesse de contar apenas com os rendimentos dos cofres públicos, assim vê como uma crença limitante a ideia de que a mão do Governo devia estar por toda parte e em tudo. Foi acreditando nisto que resolveu por nomear tais comissões, compostas de “cidadãos cheios de zelo pelo bem publico” (Falla, 1850) e que realizaram muitas obras que o presidente teve o prazer de anunciar, dentre as quais o embelezamento de ruas, com calçamento de tijolos, por exemplo, que as tornavam “limpas e salubres”, sem que nada tivesse custado aos cofres públicos.

Quanto à cidade baixa, diferentes comissões estavam atuando naquela área, realizando obras como a da praça da Conceição, sob responsabilidade da Irmandade do Sacramento, a qual recebeu concessão do governo para extensão do terreno da praça, com a remoção das diversas oficinas do Arsenal de Marinha; e da praça de S. João, há muito prometida e que naquele momento estava próxima de ser concluída. Ao falar sobre a obra de segurança da montanha, Gonçalves Martins informa que na ocasião desta construção, conseguiu-se realizar também a de uma fonte que já estava abastecendo d'água “todas aquellas vizinhanças” (Falla, 1850), no entanto, nada anuncia

PENSAR FORA DO EIXO

sobre o chafariz. A expectativa do presidente era de que estes melhoramentos estivessem concluídos antes de um ano, possibilitando dar uma outra imagem àquela parte de Salvador, principalmente ao estrangeiro “que desembarca, e cujo estado lhe deve fazer conceber desde logo um juízo contrário, ou favorável a civilização do Paiz” (Falla, 1850).

A preocupação de Gonçalves Martins com a percepção do olhar estrangeiro não era infundada, afinal era recorrente que os visitantes se expressassem de forma negativa sobre a cidade baixa após o desembarque, em seus relatos de viagem. De modo geral, descreviam as ruas como sujas e fétidas, e demonstravam um verdadeiro incômodo com a presença expressiva dos ganhadores e ganhadeiras que as ocupavam com seu comércio ambulante. Um desses viajantes foi o francês Enerst Mouchez que, segundo Consuelo Sampaio (2005), fazia críticas impiedosas sobre a quantidade de pessoas negras ali presentes. Mas ele não seria o único, críticas desse tipo apareceriam também nos relatos de Maria Graham, do príncipe Maximiliano de Habsburgo ou do alemão Avé-Lallemant, que pela Bahia passaram em décadas diferentes do século XIX, sem deixar de notar este contingente populacional. Ao tratar sobre a cidade do Rio de Janeiro neste século, Marilene Silva (1988), vai observar que esta também era uma realidade que “espantava e horrorizava” os estrangeiros que visitavam a Corte, que se diziam surpresos ao constatar que uma cidade controlada pelos brancos dependesse tanto da mão-de-obra negra para todos os serviços. Dependência esta que era não reconhecida, haja vista que a presença do negro denotava atraso, barbárie e imoralidade (Azevedo, C., 2004), logo era um problema a ser superado para que a cidade pudesse alcançar outro patamar. Para tanto, as obras de melhoramento de praças, ruas e fontes não só buscavam dar uma nova aparência à cidade, mas também podem ser vistas como uma forma de contribuir para um plano maior: desafricanizar Salvador.

Gonçalves Martins vai ser uma peça-chave para a execução deste plano, tendo em vista que foi no seu governo, segundo Manuela Cunha (2012), que a perseguição aos africanos foi reativada. O presidente, que havia sido chefe de polícia da Bahia à época da Revolta dos Malês, possuía uma “obsessiva preocupação com o perigo negro” (Cunha, 2012, p.103), e fazia parte de um grupo de pessoas que protagonizavam uma política de perseguição aos ganhadores africanos, com o objetivo de que a pressão exercida os expulsasse da cidade. Mas esta era uma expulsão com um plano bem definido: africanos escravizados e libertos, em especial os que estavam no ganho de rua e em ofícios mecânicos, seriam tangidos da cidade para se tornarem mão-de-obra nas lavouras. Caso não funcionasse, os libertos seriam coagidos a retornar para África, e os senhores seriam pressionados a vender seus escravizados para o campo ou exportá-los para outras províncias. Este plano se pautava no medo e no desconforto que o “perigo negro” havia instaurado após o Levante

PENSAR FORA DO EIXO

dos Malês, levantando, assim, o argumento da segurança na província, uma vez que os libertos já viviam sob suspeição policial, e os ganhadores escravizados eram vistos como um perigo potencial pela forma quase independente que viviam de seus senhores.

O Governo de Martins parece concretizar o que vinha sendo executado ao longo de toda década de 1840, reverberando as decisões tomadas na cauda dos eventos de 1835. Logo, entende-se que todos os serviços urbanos foram alvo de alguma ação para diminuir a dependência dos ganhadores e ganhadeiras. No abastecimento de água, a movimentação em torno da instalação de um chafariz na praça do comércio demonstra que um plano também estava em curso nesse setor, uma vez que se pretendia que o encanamento das águas fosse feito por uma empresa de particulares, seguindo tendências de outras províncias brasileiras e da Europa, onde o processo da canalização despontava como o mais novo modelo a ser replicado.

Na biografia de Francisco Gonçalves Martins, Arnold Wildberger (1949) afirma que foi durante o ano de 1850, que o então presidente teria contratado com uma empresa

as obras precisas para que a água que servia à população fosse levada às casas por meio de encanamentos, para assim pôr termo ao hábito então existente de ser a água transportada para os domicílios por pretos e pretas, ordinariamente escravos (Wildberger, 1949, p. 321).

Acredita-se que essa empresa se refere à Companhia do Queimado, contratada, na verdade, em junho de 1852, através da lei n. 451, pelo então vice-presidente da província, Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, que assumia a presidência de forma interina na ausência de Martins. Apesar desse possível lapso do autor, chama atenção a forma como ele justifica a finalidade da empresa, mostrando que o intuito era o de eliminar a dependência dos aguadeiros e aguadeiras. É pensando nisso, que se acredita que parte do plano para desafricanizar Salvador, envolvia também mudanças significativas no abastecimento de água.

2 TERRA

‘Porque a terra é o anseio original’⁴

⁴ “Porque a terra é o anseio original”. Frase presente no livro *A terra dá, a terra quer*, de Antônio Bispo dos Santos, 2023.

PENSAR FORA DO EIXO

Foi a partir de uma placa de logradouro onde estava inscrito “Ladeira das Hortas”, bem no centro da cidade de Salvador, que se acendeu um vislumbre sobre as práticas de cultivo da terra e sobre os modos como os processos de urbanização se consolidaram em torno desses espaços no centro da cidade.

Mais do que o interesse pelas hortas em si, ou pelos espaços de cultivo ainda existentes, emergiu a curiosidade de compreender o que cabe no interstício entre sua presença e seu desaparecimento. Nesse interstício, resta, à primeira vista, apenas o nome inscrito no logradouro, portanto logo à segunda vista, temos diante de nós um projeto de melhoramento urbano para um dos vales da cidade.

Tomando essa questão como eixo de análise, a obra da Rua da Vala, datada de cerca de 1849, apresentou-se como um ponto de inflexão pertinente. Sua proximidade com os antigos espaços de cultivo a torna um dispositivo revelador, capaz de articular uma reflexão entre os vestígios da história — como a Ladeira das Hortas — e as transformações promovidas pelos projetos de urbanização na cidade.

De fato, tudo começa pela descoberta desses espaços de cultivo. Segundo Milton Santos, em O Centro da Cidade do Salvador (2008, p.176),

A denominação de “rua das Hortas”, dada a seu trecho inicial, é por si mesma eloquente: era aí que a cidade em grande parte se abastecia de frutas e legumes. Essa função, presente sobre quase toda extensão da rua durante vários séculos, há somente dez anos que desapareceu completamente.

A informação sobre o desaparecimento das hortas na década de 1940 despertou o interesse em compreender as razões e os processos envolvidos. Dedicar-se aqui a desenhar o desaparecimento das hortas articulando-o aos momentos de transformação urbana vividos pela cidade no século XIX, em relação à passagem do rio à rua.

1.1 Do Rio à Rua

O Rio das Tripas é o maior afluente do rio Camurugipe, saindo da Barroquinha e seguindo pela região da Sete Portas (Paz, 2018, p. 3). Suas margens abrigavam hortas que abasteciam a cidade com hortaliças e frutas, compondo um conjunto de espaços de cultivo que se espalhavam ao longo de seu curso. Destacam-se, entre esses espaços, as hortas da Rua das Hortas, irrigadas pelas águas primárias desse rio.

PENSAR FORA DO EIXO

No entanto, o Rio das Tripas passou a ser destino de dejetos da cidade, principalmente os provenientes do matadouro público localizado nas imediações do Mosteiro de São Bento da Bahia. Esse processo, somados a outros de falta de infraestrutura urbana na cidade, transformou a região em uma área crítica do ponto de vista da salubridade urbana, exigindo intervenções que atendessem às demandas sanitárias da população. É nesse contexto de preocupação com a saúde pública que o Rio das Tripas passa a conduzir seu curso em direção à Rua da Vala, considerada a primeira e mais importante avenida de vale da cidade.

VALA [da]

Em 1866 era “estrada aberta há poucos anos ao longo de todo o vale central da cidade, a que os antigos chamavam Hortas de São Bento, de São Francisco e do Carmo”. Por sua extensão atravessava - naquele mesmo ano - as “freguesias de São Pedro, Santana, Sé, Rua do Paço e Santo Antônio Além do Carmo”. É a atual Baixa dos Sapateiros. (Dórea, 2006, p.200).

A modernização dessa via constituiu uma das principais obras urbanísticas de Salvador no século XIX, iniciada por volta de 1849 e concluída após cerca de dezesseis anos (Nascimento, 2007, p. 65).

Este rio, que estava sendo canalizado sob a rua da Vala, recebia, em grande parte, o esgoto da cidade. Tornava-se evidente que se deveria cuidar, com prioridade, do encanamento do rio das Tripas, e a construção da rua da Vala seria feita sobre o entulho que se usasse após o rio canalizado. Existia, pois, o propósito de construir-se a rua da Vala não somente com a finalidade de ligar diversos pontos da urbe, como ainda outra de caráter higiênico, de receber, canalizados, o esgoto e as águas da Cidade Alta, que escorriam para o lado oriental, dirigindo-os para o Camorogipe, abrindo-se uma comunicação que seguia um longo caminho, prosseguindo no Retiro, alcançando em seguida o Engenho da Conceição, e dali indo ao encalço do bairro do Bonfim, na freguesia da Penha (Nascimento, 2007, p.66).

Anteriormente ocupada por uma vala insalubre, a área comprometia a saúde pública da cidade. A intervenção visava não apenas o saneamento do vale — com a canalização do Rio das Tripas e dos esgotos da Cidade Alta — mas também a criação de uma nova via de ligação entre diferentes regiões urbanas. Assim, a Rua da Vala assumiu papel central na expansão urbana de Salvador, funcionando como importante artéria de circulação e saneamento, antevendo o que mais tarde seriam as grandes avenidas abertas no século XX. Segundo registros dos anos de 1849 e de 1852, o presidente da província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, discorreu sobre a importância da obra para a Rua da Valla:

Julgo escusado entreter-vos com a descrição de uma obra, que podeis ver e avaliar em poucas horas que destinardes para um aprasivel passeio; á todos os instantes

PENSAR FORA DO EIXO

do dia, principalmente nas manhãs e tardes, vereis um sem numero de passantes, e o transito de variados objectos da nossa pequena lavoura; ahi encontrareis tambem com valor consideravel e productivo o que não era mais do que pântanos e terreos abandonados; em breve podereis ver igualmente importantes prédios que serão construídos (FALLA, 1849, p.23).

Tenho dito ser esta obra mais urgente em atenção à salubridade pública a respeito da qual serios receios assaltão de continuo a população, depois da infausta invasão da febre amarela; e também a mais util para o aprovisionamento, com modos e recreios desta Capital. Depois de levados os trabalhos projectados até seu termo, o lugar da Barroquinha, será a rua da Valla a principal artéria de comunicação desta extensa e populosa Cidade. Com pequenos raios em direcção a este grande centro não so as distancias de hoje se incurrarão em menos de metade, como desaparecerá o grande obstáculo para as communicações dos vehiculos sobre rodas, o melhor ou mais digno da nossa crescente civilização. (FALLA, 1852, p.16).

Os comentários feitos pelo desembargador seguem reafirmando o quanto a saúde pública ganharia com os melhoramentos previstos para esta obra, livrando a cidade da “immunda valla que a infecta e dando-lhe em troca a mais importante rua e o mais bello passeio que pode possuir” (FALLA, 1849, p.22). No trecho de 1849, chama atenção a preocupação com o trânsito de objetos da “pequena lavoura”, o que reforça a presença de atividades ligadas ao cultivo da terra. A canalização do Rio das Tripas servia para conduzir e acelerar as águas, evitar as inundações da área que eram frequentes nos tempos de maiores chuvas, além de evitar a contaminação da população. Segundo Paz (2018, p.10),

A canalização do Rio das Tripas permitia que toda a região interior da cidade dependesse menos dos escravos e suas barricas, e funcionasse por meio da gravidade por canos instalados gradualmente. Ademais, entendia-se que o Rio das Tripas agia então como foco de contaminação. Canalizado e coberto, deixava de ser um problema grave e tornava-se uma solução.

Para além da ideia de vencer obstáculos na saúde pública da cidade, o conceito de fluidez se aplica a esta importante obra. Demonstrando seu papel de conectar diferentes áreas urbanas, em 1871, inaugura-se a primeira linha da Companhia Trilhos Centrais que passa a atuar no vale, parte de uma linha maior que iria da Barroquinha ao Engenho da Conceição, através da Rua da Vala. A Ladeira das Hortas era o espaço que abrigava os carros e as estrebarias. Os bondes começaram a cruzar o vale, alimentando outros pontos de transporte da cidade que eram inaugurados à medida que ela avançava (Paz, 2018).

Com o passar dos anos, o vale foi ganhando novas funções: o que no começo foi uma área de defesa contra eventuais ataques externos entre os séculos XVI e XVII; depois o rio passou a receber os escoamentos dos restos do gado que era abatido no antigo matadouro do bairro São Bento — condição que nominou a antigo riacho que corria no vale, Rio das Tripas. Seu trecho inicial recebeu

PENSAR FORA DO EIXO

o nome de “Rua das Hortas” que correspondia à função de cultivo exercida em sua extensão; foi se tornando a Rua da Vala, com essa obra que marcava um olhar moderno, preocupado com questões sanitárias e de fluxos na cidade de Salvador. O vale começa a ganhar edificações, geralmente térreas e modestas, até ser rebatizado como Rua Dr. J. J. Seabra, em homenagem ao então governador do Estado, no começo do século XX (Santos, 2008). Essa trajetória de mudança no espaço físico da região e atribuição de novas funções ao vale, mostra o desejo por uma nova imagem da cidade, ou seja, por um processo de renovação social, atrelado à renovação urbana, para Salvador, começando pelo seu Centro.

Segundo Milton Santos (2008), o aumento da população na cidade, a expansão urbana e a criação de bairros pobres e de classe média em direção ao norte, e a utilização do vale para a instalação de linhas de bondes que vão servir aos novos bairros, são os fatores da transformação do aspecto e das funções da Baixa dos Sapateiros, como passou a ser popularmente conhecida a Rua Dr. J.J. Seabra. A rua recebeu esse nome devido à forte presença de artesãos sapateiros na região — referência que se mantém até hoje.

O passado, o tempo em que a rua inundável era concomitantemente limite natural e zona de passagem, pesa indevidamente sobre o presente; as subdivisões administrativas são as mesmas que eram há três séculos. A rua ainda é a fronteira administrativa entre os distritos de São Pedro, Sé, Santana, Passo, Nazaré e mesmo Santo Antônio, em sua extremidade norte. [...] Entretanto, as sucessivas reformas e remodelações da divisão administrativa municipal tem preservado essa anomalia, tributo que a cidade paga inutilmente à sua história (Santos, 2008, p. 178).

Ao longo dos séculos, a antiga Rua da Vala — hoje Baixa dos Sapateiros — consolidou-se como um espaço que carrega em suas camadas urbanas a memória dos diferentes momentos de transformação de Salvador. De zona insalubre à importante eixo de circulação, de área de hortas à polo de comércio popular, o vale reflete as mudanças nas necessidades sociais, econômicas e urbanísticas da cidade, sendo historicamente um espaço ocupado por classes sociais menos abastadas do que aquelas que ocuparam os eixos das avenidas dos cumes. Apesar das reformas e modernizações, certos traços históricos, como sua função de limite entre áreas — antigas freguesias, permanecem como marcas do passado, revelando a força da história sobre a configuração atual do Centro. A escolha por abordar a Baixa dos Sapateiros pontualmente nesta pesquisa se deve, principalmente, à presença histórica de hortas em sua formação e à sua proximidade com o que hoje conhecemos como Ladeira das Hortas, reforçando a importância do vale na dinâmica da antiga Salvador. A trajetória da Baixa dos Sapateiros é, assim, emblemática tanto do esforço de renovação da capital baiana quanto do peso simbólico de sua história urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

A relação entre o Rio das Tripas e o cultivo das hortas na Ladeira das Hortas e no trecho inicial da Rua da Vala, levanta curiosidade sobre o que se conta a respeito da história urbana de Salvador. Assim, a trajetória da Baixa dos Sapateiros evidencia como as transformações urbanas de Salvador foram, historicamente, impulsionadas tanto por necessidades práticas — como o saneamento e a circulação — quanto por desejos simbólicos de modernização e controle do espaço. A antiga função agrícola de parte da extensão do antigo Rio das Tripas e sua função na irrigação das hortas mostram que, antes de ser uma via de ligação ou um ponto de forte comércio, o vale foi um espaço de produção de alimento essencial para a cidade. Seu progressivo desaparecimento, ao longo do tempo, reflete as mudanças nas prioridades urbanas e sociais, marcadas pela expansão da cidade e pela valorização de novas práticas econômicas.

Segundo Paz (2018), esse vale sempre apareceu na história de Salvador como uma espécie de “fundo”; antes periférico, mas que denota grande importância com sucessivos projetos executados na cidade. Em princípio, a obra da Rua da Vala visava resolver um problema de saneamento, mas foi ganhando outras proporções com a expansão demográfica. O que antes era uma obra pontual, se transformou em algo maior, sendo um vestígio, assim como outros projetos que visam o melhoramento da cidade, na história urbana de Salvador. É olhando para essa visão de conjunto que desejamos seguir elaborando e reelaborando a cidade.

Ao entrar em contato com a obra da Rua da Vala, foi-se tecendo uma rede de conexões que, para além das hortas e de seu desaparecimento, permite problematizar as formas de representação da cidade. Nesse percurso, torna-se possível compreender quais estratégias foram mobilizadas para a valorização de determinadas memórias em detrimento de outras, assim como para a afirmação de novos modos de vida que, ao se instaurarem, relegaram outros ao apagamento. Com a expansão do olhar para o entorno imediato de onde foi executada a referida obra de melhoramento urbano, encontramos organizações sociais negras que sofreram impacto direto a partir da urbanização, como no caso do Candomblé da Barroquinha.

Segundo Edison Carneiro, em *Os Candomblés da Bahia*, a data que marca o surgimento do Candomblé da Barroquinha é o ano de 1830. Já para Renato da Silveira (2006), essas datas variam entre 1788 e 1830, ressaltando que o processo de consolidação do Candomblé foi longo e composto por várias etapas. Estamos, portanto, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. O ano de 1789 segue como a data mais precisa para o surgimento, conforme apresentado em uma exposição comemorativa aos 154 anos de fundação, realizada na Casa Branca, em 1938, por ocasião do Primeiro Congresso Afro-Baiano (Silveira, 2006).

PENSAR FORA DO EIXO

Neste mesmo trabalho, o autor aponta que a obra na Rua da Vala foi um fator crucial para a expulsão do Candomblé.

Lembremos que, em 1851... começou a urbanização da Rua da Vala, área contígua à Barroquinha, e a continuação de trabalhos no próprio bairro deu-se ao longo da década, com a terraplanagem da área e o traçado de novas ruas, durando as obras até 1859. Árvores sagradas e santuários devem ter sido abatidos, os subterrâneos secretos não podem ter escapado deste sério remanejamento. A partir dessa data, com certeza, o candomblé não pôde funcionar mais naquele local (Silveira, 2006, p.529).

A região da Barroquinha, que por muito tempo foi um ponto de encontro da cultura de terreiro, se tornou um símbolo de um processo de modernização que tentava extinguir ou relegar à margem a diversidade cultural e religiosa da cidade. Este evento de deslocamento do Candomblé representa, no contexto da pesquisa, um marco relevante, não apenas pela desestabilização de espaços sagrados negros, mas também pela redefinição da identidade da área. Ele ilustra, portanto, uma mudança de paradigma em que a função do espaço urbano e a organização social estavam sendo repensadas à medida que a cidade se modernizava.

A urbanização da Barroquinha por Gonçalves Martins pode ser encarada como um movimento audacioso e espetacular da sua política de perseguição aos africanos na Bahia: uma operação de “limpeza étnica”, a destruição de uma respeitável casa de culto africano no centro da cidade, vista como uma mancha na paisagem. O despotismo brasileiro, do alto de sua inesgotável boçalidade, acreditava que esta era a melhor maneira de “civilizar” o país (Silveira, 2006, p.536).

Portanto essa expulsão não pode ser lida como algo isolado, sem que se leve em consideração o contexto mais amplo de transformações sociais e culturais que influenciavam diretamente os rumos das cidades e de seus habitantes, até mesmo em plano nacional, com foco na desafricanização da cidade e colocação em plena ação de um plano onde a presença negra fosse de fato, apagada desse desenho novo que se pretendia para a cidade de Salvador, algo comum na trajetória histórica e urbana de outras cidades.

Quando se pensa no deslocamento do Candomblé da Barroquinha, podemos criar uma relação de análise junto ao conceito de Banimento Racial (Racial Banishment) abordado por Ananya Roy (2019, p. 227)⁵ “que enfatiza a violência institucionalizada pelo Estado contra corpos e comunidades racializadas.

Os marcos conceituais do deslocamento, como gentrificação, urbanismo revanchista ou despejo, têm destacado a violência da transformação urbana. No

⁵ Texto original: “[...] racial banishment, which emphasises state-instituted violence against racialised bodies and communities.

PENSAR FORA DO EIXO

entanto, esses marcos são limitados em sua capacidade de abordar dois aspectos fundamentais do deslocamento: o papel do Estado e a centralidade da raça. [...] O banimento está entrelaçado com processos de regulamentação, segregação e expropriação e está enraizado nas geografias legais do colonialismo de assentamento e da separação racial (Roy, 2019. p.227).⁶

O banimento se articula diretamente às noções de segurança e soberania, na medida em que o desapossamento opera como estratégia de afirmação do controle sobre determinados territórios, como se evidencia no caso do Candomblé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os exames das águas de Salvador e os desejos de criação de uma companhia particular para resolver o dito problema de abastecimento de água da cidade baixa, o chafariz do comércio continuou sendo apenas uma promessa não cumprida por todos os presidentes da província que, na década de 1840, se propuseram a efetivar tal obra. Como visto, as propostas apresentavam poucas distinções, a exemplo do local de captação da água, e se assemelhavam sempre no mesmo ponto: a canalização. Tendo como argumento a ideia de que a canalização melhoraria o acesso a água de qualidade na cidade baixa, os presidentes da província da Bahia mascaravam a verdadeira intenção: vigiar e controlar os aguadeiros e aguadeiras, evitando grandes deslocamentos em busca de água potável e, se possível, pressionando pela saída da cidade em direção às lavouras.

Mas, se por um lado a canalização tornou-se realidade com a criação da Companhia do Queimado em 1852, por outro, os costumes da população baiana, habituada ao transporte vigente (Sampaio, 1910), os altos custos de instalação do abastecimento privado nas casas e os problemas com qualidade da água canalizada pela empresa contribuíram para que aguadeiros e aguadeiras como Antonio, Melania, Carolina, Manoel, Elesbão, Delfina, Joanna Baptista, David⁷, entre tantos outros, continuassem a percorrer cotidianamente as ruas, ladeiras e esquinas da cidade durante todo o século XIX, alcançando até mesmo o século XX e resistindo ao ideal de cidade que os desprezava. A instalação do chafariz, como também a construção da Rua da Vala, estavam pautadas em um ideal de cidade moderna, que buscava eliminar a presença do negro do espaço urbano de Salvador,

⁶ Tradução nossa.

⁷ Esses nomes foram encontrados em anúncios de fuga de jornais oitocentistas, sendo respectivamente: Correio Mercantil, 27 de junho de 1840; O Mercantil, 31 de maio de 1845; Correio Mercantil, 16 de setembro de 1846, encontrado no livro Fluxo e Refluxo de Pierre Verger (1987); Correio Mercantil, 29 de outubro de 1846, encontrado no livro Fluxo e Refluxo de Pierre Verger (1987); Correio Mercantil, 17 de outubro de 1839; O Mercantil, 10 de dezembro de 1845; Correio Mercantil, 04 de maio de 1847.

PENSAR FORA DO EIXO

por ser visto como inculto, imoral e não civilizado, sendo assim responsável pela causa do atraso da província, principalmente por ser maioria e por serem parte fundamental da infraestrutura, resultando em uma verdadeira dependência, a qual precisava ser eliminada. Para tanto, obras e novos equipamentos eram necessários para se alcançar o que se almejava, além da expulsão das pessoas negras para as lavouras. Com esse objetivo, diversas estratégias vão ser postas em prática, a exemplo das que foram aqui abordadas.

A cidade se constrói enterrando rios, apagando hortas e deslocando corpos — e esses processos não são naturais, mas, sobretudo, políticos. Para tanto, as obras de melhoramento de praças, ruas e fontes não só buscavam dar uma nova aparência à cidade, mas também podem ser vistas como uma forma de contribuir para um plano maior que envolvia, à época, a desafricanização de Salvador. Dessa forma, água e terra se revelam não apenas como elementos físicos que se vinculam à história da cidade de forma anônima, mas como dimensões através das quais se operaram processos de poder, controle e redefinição de pertencimentos, recaindo sobre a memória urbana camadas a serem desveladas com o aprofundamento das pesquisas. A canalização do Rio das Tripas, o desaparecimento das hortas e a permanência de seus nomes como vestígios na paisagem urbana indicam que a cidade é também construída por aquilo que se busca ocultar ou por aquilo que se oculta, como parte das respostas dos projetos de melhoramentos urbanos.

Assim, compreender essas camadas sobrepostas entre presença e ausência, visibilidade e apagamento, permite não apenas reconstituir aspectos da história urbana de Salvador, mas também tensionar as narrativas que naturalizam seus processos de transformação, tomando como ponto de partida as articulações com a dimensão da água e da terra, estas por si só, princípios de muita coisa.

Ao olhar para o que foi enterrado, deslocado ou, eventualmente esquecido sob os registros, abre-se espaço para reconhecer que a cidade de Salvador, longe de ser somente o resultado dos seus projetos de melhoramentos urbanos, é resultado de escolhas, disputas e projetos que seguem reverberando no presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. **Andre Przewodowski, um engenheiro holandês na Bahia Oitocentista**. In: PESSOA, Ana et al (org.). Gosto Neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019. p. 212-232.

PENSAR FORA DO EIXO

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004. 250 p.

BAHIA. Assembleia Legislativa. Lei nº 225, de 20 de maio de 1845. Palácio do Governo da Bahia, BA, Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235130&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=1025>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 281 p.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador: EDUFBA, 2006. 450 p.

FALLA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão ordinária do ano de 1845, pelo presidente da província, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea. Bahia: Typografia de Galdino Jose Rizerra e companhia, 1845.

FALLA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846, pelo presidente da província, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea. Bahia: Typografia de Galdino Jose Rizerra e companhia, 1846.

FALLA que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma província, em 2 de fevereiro de 1847. Bahia: Typographia do Guaycuru de D. Guedes Cabral, 1847.

FALLA que recitou o presidente da província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província, em 4 de julho de 1849. Bahia: Typografia de Salvador Moitinho, 1849.

FALLA que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro desembargador Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma província, em 1. de março de 1850. Bahia: Typographia Constitucional de V. R. Moreira, 1850.

FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembleia Legislativa da Mesma Província no 1º de março de 1852. Salvador: Typographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1852. Disponível em: <https://archive.org/details/rpebahia1852/page/16/mode/2up>. Acesso em: 5 abr. 2025.

JUCÁ, Joselice V. **Uma companhia urbana de Pernambuco no século XIX: a do Beberibe**. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/146>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LATITUDES À ESQUERDA. **Lutas contra o Racismo e Questões Territoriais no Brasil** - conversa com Renato Emerson dos Santos. [S.l.: s.n.], 20 jul. 2020. 1 vídeo (1 hora e 41 minutos). Publicado pelo canal Latitudes à esquerda. Disponível em:

PENSAR FORA DO EIXO

<https://www.youtube.com/watch?v=XSIMvpzH8uA>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **O Urbanismo Higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na Cidade do Recife**. Gestão Pública: práticas e desafios, Recife, v. 3, n. 5, p. 144-169, out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1169>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Coleção Bahia de Todos. Salvador: EDUFBA, 2007. 372 p.

PAZ, Daniel J. Mellado. **De vales e valas: a Rua da Valla na Salvador do séc. XIX**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15, 2018, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/40710/1/De%20Vales%20e%20Valas%20-%20a%20Rua%20da%20Valla%20na%20Salvador%20do%20S%C3%A9c.%20XIX.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PESSOA, José. **Igrejas, chafarizes e um jardim público na construção de uma paisagem barroca no Rio de Janeiro do século XVIII**. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, Salvador, v.12, número especial 11, p. 59-74, 2014. Universidade Federal da Bahia.

POETTERING, Jorun. **Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the Usage of Colonial Rio de Janeiro's Waterworks**. Brasiliana: Journal for Brazilian Studies, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 154-170, 15 out. 2017.

ROY, Ananya. **Racial banishment**. In: ANTIPODE EDITORIAL COLLECTIVE (ed.). Keywords in radical geography: Antipode at 50. 1. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2019. p. 227-230.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, Theodoro. Abastecimento de Água da Cidade da Bahia. São Paulo: Brazil de Rothschild & Cia, 1910. 37 p. Separata dos nº 27, 28 e 30 da Revista Polytechnica de S. Paulo.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 292 p.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da província da Bahia: efetivos & interinos, 1824-1889**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861 p.

Jornais

O Guaycuru, 16 de junho de 1846

O Guaycuru, 27 de junho de 1846

Correio Mercantil, 03 de março de 1847



PENSAR FORA DO EIXO

Correio Mercantil de 03 de outubro de 1848
A Marmota, 29 de agosto de 1849